

TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: FORMULAÇÕES ESTRATÉGICAS

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Emyly Kathyury Kataoka¹

RESUMO

No Brasil constituiu-se um campo que se propôs debater a educação da classe trabalhadora na perspectiva socialista, na linha de pesquisa de Trabalho e Educação, que ao teorizar e fazer proposições sobre a educação contribuiu na orientação da ação dos trabalhadores. As proposições para educação sob a perspectiva socialista são formuladas a partir de uma estratégia revolucionária. O objetivo é investigar se o Programa Democrático e Popular foi/é a principal estratégia que orientou os debates sobre a educação dos trabalhadores no Brasil, particularmente na linha de Trabalho e Educação. Pretende-se verificar qual é a proposição da formação política necessária aos trabalhadores e o que se entende por conhecimento revolucionário. Contudo, por hora, fazemos apenas alguns apontamentos dessa pesquisa que está em andamento.

Palavras-chave: Trabalho e Educação; Programa Democrático e Popular; Conhecimento revolucionário.

ABSTRACT

It has been constituted in Brazil a field of research with the purpose to debate working class education with a socialist perspective, within the Work and Education research area, which by theorizing and making propositions concerning education has contributed to the orientation of agency of the working class. The propositions for education under a socialist perspective are formulated from a revolutionary perspective. The objective of this study is to investigate whether the Popular-Democratic Program is/was the main strategy that oriented the debates surrounding working class education in Brazil, particularly within the Work and Education research area. This work intends to identify which is the proposition of political education necessary to the working class and what is meant by revolutionary knowledge. However, at this point this work provides some notes on this ongoing research.

Keywords: Work and Education, Popular-Democratic Program, Revolutionary knowledge.

¹ GECATE – Grupo de Estudo Capital, Trabalho e Educação, Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSC, Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Introdução

O capitalismo representou um avanço em relação a outras sociedades ao possibilitar que a humanidade pudesse romper cada vez mais com as suas barreiras naturais e ampliasse mecanismos que poderiam contribuir com o desenvolvimento humano. Mas, em “sua forma madura e parasitária, bem diversa daquela pela qual os ideólogos liberais projetavam seus mitos futuros, o capital assume a forma de sua negação tornando-se um enorme entrave à vida humana.” (IASI, 2013:17). Devido a principal característica do sistema, a produção social da vida e a apropriação privada dos meios de produção, boa parte da humanidade não tem acesso aos bens socialmente produzidos, sendo privado daquilo que seu próprio trabalho produziu.

A contradição das relações capitalistas de produção gera crises em que o capitalismo precisa reformular as formas de gestão do capital, inclusive das políticas públicas que exige do estado burguês para manutenção do *status quo*. Em meio a diferentes contradições do sistema, uma questão que ganhou destaque, como possível solução para os problemas sociais, é a educação.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercambio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. (MÉSZÁROS, 2005:25)

Nesse sentido, a formação social capitalista que tem sido tratada como eterna, que humaniza desumanizando, pode e deve ser questionada, pois, “as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição” (MARX, 1983:25). Discordamos das teorias que acreditam que se está no fim da história. Visualizamos a possibilidade de mudança no modo de produção e a consequente transformação de todos os aspectos da sociedade, e o socialismo se apresenta como uma alternativa para a humanidade. Entendemos que a temática educacional seja de grande relevância, especialmente no debate sobre a educação da classe trabalhadora, ou melhor, da

formação política necessária à classe trabalhadora para questionamento da sociabilidade do capital. Marx e Engels não apenas desvendam o funcionamento da economia capitalista, mas buscam apreender as possibilidades de transformação e as mediações necessárias.

Tumolo (200?) aponta que o debate a respeito da educação dos trabalhadores, de sua formação política, não é novo na história do movimento operário no plano mundial, gerando intensos e até mesmo polêmicos debates. O autor situa que tal temática sempre foi abordada de acordo com a estratégia política, e

É aí que entra o papel da *formação dos trabalhadores*, cujo objetivo, em linhas gerais, deve ser o de buscar a superação do senso comum, qualificando o conhecimento adquirido na prática de militância, quer dizer, oferecendo os instrumentos teórico-metodológicos para que se possa compreender, na radicalidade necessária, não só as questões postas pela luta cotidiana, mas, principalmente, o modo de produção capitalista, sua lógica, seu movimento contraditório, ou melhor, apreender a totalidade social e as questões conjunturais e cotidianas no bojo desta mesma totalidade. Isto porque a realização da revolução implica necessariamente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade que se pretende transformar. Tal conhecimento da realidade, por sua vez, tem como pressuposto a apreensão do conhecimento já sistematizado e acumulado historicamente. (TUMOLO, 200?: 8, grifo do autor)

A partir desse pressuposto não é possível debater a educação sem relacioná-la a estratégia socialista, como lembra Mészáros “os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar” (2005:76). Se o debate da educação sempre se guiou pela estratégia mais geral de luta dos trabalhadores, nos indagamos sobre qual é a estratégia que tem orientado os debates sobre a educação dos trabalhadores no Brasil, suas proposições e qual a concepção de conhecimento revolucionário². Para isso, é necessário localizar as discussões sobre a educação dos trabalhadores.

Nas últimas décadas, tivemos a constituição de um campo que se propôs debater a educação da classe trabalhadora no Brasil na perspectiva socialista. Os estudos realizados privilegiaram a relação entre relações sociais de produção e suas implicações na formação humana pautando-se especialmente na defesa do trabalho enquanto princípio educativo,

² Por conhecimento revolucionário queremos nos referir a qual conhecimento pode contribuir na luta dos trabalhadores, qual conhecimento pode servir de instrumento para a revolução.

agregando educadores vinculados especialmente à linha de pesquisa de Trabalho e Educação. Dentro da linha de pesquisa de Trabalho e Educação, que tem como principal referencial teórico o materialismo histórico dialético, houve acalorados debates sobre a educação dos trabalhadores. Um tema bastante polêmico no último período foi o questionamento da proposição do trabalho enquanto princípio educativo no capitalismo³. Para além da discussão sobre o trabalho como princípio educativo, há uma série de proposições comuns que engendram certa unidade dessa perspectiva teórica. A linha também exerceu influência no movimento sindical, estudantil e demais movimentos sociais ao teorizar sobre a educação dos trabalhadores e realizar proposições de caráter reivindicatório que orientaram a ação dos mesmos⁴. Fazemos na sequência uma breve apresentação da linha de Trabalho e Educação.

O Grupo de Trabalho de Trabalho e Educação (GTTE) e as proposições sobre Educação

O Grupo de Trabalho de Educação e Trabalho⁵ da ANPED surgiu em 1981, durante a reunião anual que foi realizada no Rio de Janeiro. A base para organização do grupo foi a identificação de áreas de pesquisa e ação que deveriam constituir-se em objeto de estudo, demonstrando a relação entre educação e trabalho. Não eram proposições de apenas um autor, eram partilhadas por um conjunto de educadores e movimentos sociais que foram sistematizados/sintetizadas por esses pesquisadores. Segundo Kuenzer, eles estavam

Fundamentados principalmente em Marx, Gramsci e Snyders, vários estudos foram feitos permitindo o início da construção de uma teoria pedagógica brasileira, que tem sido denominada de pedagogia histórico-crítica e que tem no Professor Dermeval Saviani seu principal articulador. (1991:44).

³Não pretendemos reproduzir a polêmica. Para maior compreensão ver Frigotto (2006), (2009); Tumolo (1996), (2003), (2005), (2011); Lazarini (2010); e Duarte; Ferreira; Malanchen; Muller (2011)

⁴ Nesse artigo não fazemos a indicação de quais são as bandeiras de luta comuns a esses autores por entendermos que esse levantamento precisa ser feito com maior cuidado durante a análise das obras. Apenas indicamos essa relação através da crítica ou defesa de determinadas políticas públicas para a educação. As formulações/proposições têm sido em geral, direcionadas à escola pública com referências às condições de trabalho e ensino (plano de carreira, política de acesso e permanência, diretrizes curriculares, financiamento da educação, etc.)

⁵Inicialmente o GT era denominado Educação e Trabalho. A mudança de nome ocorreu a partir da compreensão de que é impossível conceber a educação isoladamente, e que a mesma é determinada pelas relações sociais de produção. Sobre o assunto indicamos Kuenzer (1991); Trein; Ciavatta (2003); Bomfim (2008).

Os estudos foram desenvolvidos especialmente no programa de pós-graduação da UFMG e no doutorado da PUC-SP. Na ocasião, o professor Miguel Arroyo apresentou um texto evidenciando o objetivo do grupo, que tinha como prioridade:

- a vinculação entre educação e processo produtivo posta pela política educacional a partir de 70, expressa na legislação;
- o aprofundamento das relações entre escola e trabalho, decorrente das imposições do capital, que determina cada vez mais, o tipo de escola demandada, na qual esbarram os projetos educacionais alternativos;
- **a luta pela escola e por um projeto popular de educação como decorrência do movimento de organização da classe trabalhadora.** (idem, 1991:49-50, grifo nosso).

Pode-se observar, no trecho grifado, que a discussão de educação realizada por esse grupo, desde o seu início, preocupava-se em vincular a luta pela escola com a luta mais geral dos trabalhadores. Para Trein e Ciavatta

O GT Trabalho e Educação funciona como fórum de debates em torno de uma temática comum: as relações que se estabelecem entre o mundo do trabalho e a educação, nelas cabendo formação profissional, formação sindical, reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho, trabalho e escolaridade, subjetividade e trabalho etc. (2003:140).

Apesar da unidade na proposição inicial da linha de pesquisa, os fundadores não chegaram a um consenso sobre qual foi a orientação epistemológica do primeiro momento, como aponta Bomfim (2008) ao fazer um balanço do GTTE e de sua produção. Investigando a mudança de nome de GT Educação e Trabalho para GT Trabalho e Educação, o autor relata

Nas entrevistas feitas também se buscou perceber o quanto houve de posicionamentos dissonantes à mudança do nome do grupo. A professora Iracy Picanço é uma das participantes do GTTE que está desde o seu início, foi uma das coordenadoras do grupo, e uma de nossas entrevistadas. Ela lembrou que havia sim, desde o início, não-marxistas no GTTE, apontou Miguel Arroyo e Luiz Antonio Cunha como exemplos. Picanço definiu Arroyo, genericamente, como *grande humanista*, demonstrou ter grande reconhecimento por ele, responsabilizando-o positivamente como um dos que mais contribuíram para o desenvolvimento do GTTE. [...] Só que, uma visão um pouco diferente vai ter a Acácia Kuenzer para o mesmo episódio: Éramos todos materialistas históricos, naquela reunião. Uns mais outros menos. (...) O GT se constitui organicamente a partir dos materialistas históricos. (...) E na vertente gramsciana. (...) [...] Para Kuenzer não havia mesmo vozes substancialmente diferentes entre os pioneiros,

Miguel Arroyo ainda era marxista e Luiz Antonio Cunha não tivera uma participação efetiva no GTTE. (BOMFIM, 2008:119-120, grifo do autor).

Através das entrevistas, visualizamos que mesmo com algumas diferenças havia uma orientação geral que unificava o grupo. Trein e Ciavatta (2003), no artigo *O Percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate*, apresentam os principais autores, as polêmicas abordadas, as pesquisas desenvolvidas pela linha, suas transformações ao longo dos anos. Podemos evidenciar grande heterogeneidade e abrangência dos temas, e, com o passar dos anos houve questionamentos do referencial teórico e de quais seriam as prioridades de pesquisa. Ainda assim, é possível observar certa unidade teórica, a partir do levantamento de Bomfim⁶ dos principais referenciais teóricos presentes nas produções, evidenciando a matriz teórica marxista e, ao mesmo tempo, indicando que:

As análises sobre a década de 90 produzem um balanço sobre os exageros e modismos dos anos anteriores. Mesmo para a diversidade de intelectuais marxistas, que se mantêm ligados por creditarem na história, na dialética e na superação do capitalismo, recrudescer a divergência sobre o horizonte do socialismo ou pelo menos de sua construção. (2008:125)

Indagamos se esse recrudescimento não foi influenciado pelos debates mais gerais do movimento dos trabalhadores e suas divergências internas. Mesmo partindo de um mesmo referencial teórico é possível realizar análises distintas da realidade, produzindo diferentes formulações para a ação dos trabalhadores. Ainda que se apresentem enquanto diferentes formulações para a ação dos trabalhadores, acredita-se que havia uma orientação geral, um fio condutor, que podem ser observados através da compreensão do Estado e das proposições para a escola pública. Nossa hipótese é de que a direção comum foi proporcionada pela estratégia que orientou o movimento dos trabalhadores no último período, o Programa Democrático e Popular, independente do reconhecimento explícito dessa formulação. Existem diferentes avaliações dessa estratégia e de sua influência na luta dos trabalhadores.

⁶ A partir da pesquisa desenvolvida, constatou que as principais referências presentes nas produções entre 1998 e 2004 são: Karl Marx; Gaudêncio Frigotto; Lucília R. De Souza Machado; Helena Hirata; Ricardo Antunes; Acácia Zeneida Kuenzer; Márcia de Paula Leite; Celso J. Ferreti; Antonio Gramsci; Fernando Fidalgo; Pablo Gentili e David Harvey. Bomfim (2008: 20) lembra ainda “Shiroma e Campos (op. cit.), em análise publicada em 1997 sobre a área de Trabalho e Educação, ratificaram a importância desses mesmos autores-referência, Frigotto, Machado e Ferreti. Assim como também destacaram Helena Hirata, nem tanto como participante, mas como referência. Os mesmos nomes apareceram também no trabalho de Trein e Ciavatta”.

O Programa Democrático e Popular

Recentemente, Iasi (2013)⁷ faz uma análise do comportamento da classe trabalhadora no Brasil, trazendo alguns apontamentos sobre seu apassivamento no ultimo período. O autor lembra que o comportamento político da classe é síntese de fatores objetivos e subjetivos:

[...] mas é preciso refletir sobre a objetividade contida nos ditos fatores subjetivos, da mesma forma que a maneira como a ação política da classe e suas direções incide concretamente no desenho final da objetividade que determinou esta ação. Por isso, quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, devemos relacioná-lo à uma estratégia determinante em um certo período histórico, não como uma escolha arbitrária de uma certa direção ou vanguarda, mas como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação. (2013:19).

Iasi compreende que há concepções que acabam se impondo ao conjunto da classe, exemplifica com o caso da estratégia da chamada Revolução Democrática Nacional, no período de 1937 a 1964. Tal estratégia foi delineada a partir da leitura sobre a realidade brasileira da época. Ao considerar o desenvolvimento capitalista no Brasil daquele período e a apropriação equivocada da categoria imperialismo, o autor realiza a crítica a essa formulação estratégica. Iasi faz a indicação de autores que também fizeram a crítica à concepção democrática nacional, destacando

[...] duas formulações que por sua importância e pertinência acabam sendo representativas deste duplo movimento, ou seja, ao mesmo tempo que criticam a concepção vigente apontam, germinalmente, para os elementos que constituirão a formulação que se tornará determinante. Trabalharemos aqui as contribuições de Caio Prado Jr. (1978) e Florestan Fernandes (1976). (2013: 23)

Tanto Caio Prado Jr. (1978) como Florestan Fernandes (1976) se propõe a fazer análise da situação concreta e não apenas encaixá-la dentro de esquemas preestabelecidos. A partir da análise de Iasi (2013) localizamos alguns pontos da formulação desses autores que podem ter influenciado os debates da educação.

⁷ Indicamos a leitura integral do texto por não ser possível trazer todos os elementos e possíveis prejuízos do resumo. A análise realizada traz tanto os aspectos conjunturais do desenvolvimento econômico Brasileiro como os aspectos subjetivos. Sabemos que há limites dos argumentos que por hora expomos.

Nos estudos de Caio Prado Jr. é possível perceber apontamentos da formulação que se tornaria determinante no ciclo pós Ditadura Militar e empresarial de 1964. A partir de sua análise da realidade brasileira, o autor traz propostas para o movimento da classe trabalhadora:

Uma transformação social que tenha que se contrapor a um bloco conservador formado pelo latifúndio, pela burguesia imperialista/monopolista e pela burguesia brasileira que a ela se associa subordinadamente, que se sustente numa ampla aliança dos trabalhadores assalariados da cidade e do campo (lembramos que para ele a luta pela terra não se propunha de forma generalizada e “menos ainda em termos revolucionários” (idem: 139)), junto aos aliados formados pelas massas urbanas que lutam por suas condições de vida, ou seja, um chamado campo “popular”. Para que se complete a formulação é necessário responder a uma questão essencial. Como este bloco popular irá impor suas demandas que dirigiram o desenvolvimento em um sentido “além e acima da iniciativa privada”? **A resposta é simples: através de uma correlação de forças que lhes permita chegar e controlar o Estado.** Os elementos essenciais estão assim delineados: **a negação da estratégia nacional democrática e sua aliança com a burguesia leva a afirmação de um desenvolvimento que se sustente nas demandas da maioria da população, ainda não socialista, mas não mais acreditando no mero desenvolvimento de um capitalismo nacional e a lógica do lucro e da iniciativa privada como vetores de um desenvolvimento que enfrente as demandas populares.** (apud IASI, 2013:27, grifo nosso).

Iasi cita que o elemento essencial para a estratégia democrática popular é o Estado, e é nas formulações de Florestan Fernandes que encontrou algumas pistas. O autor nos lembra que as formulações são contemporâneas, e, apesar de não ter havido uma troca direta, ambos enfrentaram o mesmo momento e acabam apontando soluções próximas.

Sinteticamente podemos afirmar que a posição de Fernandes é que a Revolução Burguesa se realizou no Brasil, não em sua forma clássica, portanto divorciada de seu caráter nacional e de seus elementos democráticos, o que leva a determinação da forma do Estado burguês como autocrático e sua revolução como, de fato, uma contra-revolução preventiva permanente. Ora esta será a base sobre a qual se erguerá outra dimensão fundamental da chamada estratégia democrática popular. Uma vez que a ordem burguesa é impermeável às pressões dos setores radicalizados da burguesia e às demandas das camadas populares e, assim como para Caio Prado ainda que por outros motivos, Florestan também acredita que **uma revolução socialista seria naquele momento impossível, a apresentação das demandas democráticas não realizadas pela burguesia e que coincidissem com os interesses dos trabalhadores, levaria a um impasse cuja solução apontaria para a ruptura socialista.** É nesta equação que nascerá a famosa formulação de Fernandes sobre a necessária **combinação de uma “revolução dentro da ordem” com uma “revolução fora da ordem”.** Ora esta é, por assim dizer, a alma da formulação democrática popular. (idem, 2013: 33-34, grifo nosso).

Iasi lembra que PT se configurou como protagonista do movimento da classe trabalhadora nesse período, e que as formulações de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes procuraram dar respostas às questões do seu tempo, conseqüentemente indicaram elementos que se confirmariam como determinantes no período que se abriu.

A conquista do Estado tornou-se um ponto crucial, ganhando grande destaque nas reivindicações do período. A formulação compreendia que a apresentação das demandas dos trabalhadores e a resistência da burguesia preparariam as condições para uma ruptura revolucionária. Configurando-se enquanto um longo processo de acúmulo de forças, teríamos a combinação da ação junto aos movimentos sociais e sindicais, ligados às lutas da classe trabalhadora e o crescimento de lutas através de patamares institucionais (sindicatos, organizações da sociedade civil e espaços institucionais conquistados via eleitoral nas administrações e parlamentos), culminando na conquista do governo federal para desencadear reformas de caráter “antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista”. Iasi entende que o desenvolvimento dessa estratégia acabou por transformá-la em seu contrário, e o PT enquanto protagonista, conseguiu realizá-la, entretanto

A base da democracia de cooptação é a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta ao mesmo tempo que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto da acumulação privada, aumentando a pobreza relativa.

A democracia de cooptação, genialmente antecipada por Florestan, mas por ele descartada como possibilidade, não veio da autoreforma da autocracia, mas, inesperadamente, do desenvolvimento da estratégia democrática popular madura que desloca para o governo um setor que emerge da classe trabalhadora e dela se afasta para negociar em seu nome o pacto que acaba por resolver os problemas de hegemonia que faltava à consolidação do poder burguês no Brasil. Querendo evitar os equívocos de um socialismo sem democracia, o PT acaba por implementar o pesadelo de uma burocracia sem socialismo. (2013: 40)

Essa crítica ao Programa Democrático e Popular não é consensual, e sua sistematização bastante recente, trazendo necessidade de maior investigação sobre o tema. Indicamos apenas a possibilidade das formulações do Democrático e Popular terem influenciado os debates do GTTE, e se há necessidade de maior estudo sobre essa formulação estratégica, conseqüentemente, há necessidade de maior estudo sobre as proposições dos autores do GTTE para a educação, ou seja, das bandeiras de luta defendidas pelo campo marxista na educação.

3. Indicações sobre a relação do GTTE com o Programa Democrático e Popular

Frigotto (2006), uma das principais referências do GTTE, em um de seus textos aponta como formulação estratégica “o projeto nacional popular e democrático de massa no Brasil articulado a um projeto de educação escolar qualificação científico-técnica dos trabalhadores”, fazendo referência as formulações de Marx e Gramsci, apontando a necessidade de entendermos a natureza específica da sociedade de classe que se configura hoje no Brasil.

Além de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr.⁸, Frigotto indica Francisco de Oliveira e Celso Furtado como autores que não se preocuparam em apenas reproduzir formulações prontas por fazerem a leitura da realidade brasileira. A partir da leitura da realidade brasileira, para o autor, o movimento dos trabalhadores teria como desafio romper com essa lógica através dos investimentos em educação, ciência e tecnologia e infra-estrutura, exigindo para isso as reformas sociais de base (agrária, tributária, jurídica e política) e um fundo público com controle democrático da sociedade. Em outros autores, percebemos proposições com esse mesmo viés. Segundo Lazarini (2010), Saviani (que foi apontado por Kuenzer (1991) como principal articulador do campo Trabalho e Educação) defende a conquista da hegemonia de uma perspectiva educacional de caráter socialista nas instituições educacionais ainda vigentes sob o capitalismo. As bandeiras de luta convergem para um controle do Estado sobre a educação, daí a importância dos debates sobre a formação dos trabalhadores nas instituições formais de ensino e o controle do Estado. Tais discussões, de maneira indireta, nos remetem as proposições do Programa Democrático e Popular e de suas preocupações em relação ao Estado.

Para os autores do GTTE, o conhecimento escolar ganha grande destaque por ser um espaço da formação da consciência política dos trabalhadores. Saviani enfatiza a importância da escola para construção da consciência de classe, tendo como objetivo articular as demais lutas para construção da hegemonia na medida em que os trabalhadores discutem as condições em que vivem e pressionam o Estado por suas reivindicações. Assim, a luta pela escola pública que garanta educação de qualidade aos trabalhadores é

[...] entendida como um componente na luta mais ampla pela superação da própria sociedade de classes. Devemos, pois, nos empenhar em ampliar diuturnamente o processo de conquista da escola pública pelos trabalhadores, considerada como um espaço vital para a apropriação, por parte desses mesmos trabalhadores, dos conhecimentos sistematizados, isto é, da ciência como força

⁸ Autores citados por Iasi (2013) como principais referências da formulação estratégica do campo Democrático e Popular.

produtiva, sem perder de vista, em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois só então as conquistas perfilhadas serão definitivamente asseguradas. (SAVIANI, 2005: 271)

Os autores do GTTE, enquanto críticos da teoria do capital humano falam de uma escola que ensine o trabalho não para as necessidades do capital, mas o trabalho de interesse do trabalhador. Há a compreensão de que o capitalismo que se constituiu no Brasil não pode fornecer formação profissional de qualidade ao conjunto dos trabalhadores, restringindo-se apenas a uma pequena parcela. Segundo Frigotto

Podemos sustentar que, definitivamente, a educação escolar básica (fundamental e média), pública, laica, universal, unitária e tecnológica que desenvolva as bases científicas da *societas rerum* (conhecimentos científico para o domínio e a transformação racional da natureza) e da *societas hominum* (consciência dos direitos políticos, sociais, culturais e capacidade de organização para atingi-los) a que se refere Gramsci (1979) nunca se apresentou como problema para a classe dominante brasileira, exatamente por uma questão de classe. Mas igualmente, por sua cultura e mentalidade escravocrata, colonizadora, e por sua associação subordinada ao grande capital, nunca se apresentou de fato, e sim apenas de forma retórica e moralista, nem mesmo uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores de modo a prepará-los para o trabalho complexo que os tornasse, como classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central. (2006: 263)

Nos parece que a aposta é de que a escola é o único espaço de acesso dos fundamentos teórico-metodológicos que forneceriam uma compreensão maior sobre seu trabalho e lhe possibilitariam maior organização e reivindicação política. Através dos conhecimentos socializados na escola, os trabalhadores poderiam compreender melhor o seu mundo, sua situação de classe e melhorariam suas condições de vida. Apesar de falar dos limites da escola, há indicação de que ela forneça instrumentos para a luta revolucionária, nesse sentido, deve-se

[...] reivindicar a democratização de sua proposta e a expansão de sua oferta, em todos os níveis, a toda a população. Tem-se claro que só a pressão das camadas populares forçará sua revisão; para isto, é preciso que novas alternativas sejam coletivamente elaboradas, o que exige clareza teórica e comprometimento político. [...] O acesso para todos, à toda a forma de educação que se desejar, é **direito do cidadão e dever do Estado**. (KUENZER, 1991: 28, grifo nosso).

As preocupações eram em relação a educação recebida pela classe trabalhadora e como superar o capital. Os autores não falavam especificamente em identidade entre conhecimento

revolucionário e saber escolar, mas o fato de estar omissos pode ser um indicativo de que para os autores, ambos se confundem. Além disso, os autores apontam a escola como principal *locus* de transmissão do conhecimento.

Para que essa agenda tenha consistência histórica e efetivo poder revolucionário, não basta o convencimento da classe trabalhadora da justiça e da necessidade da luta contra o projeto do capital. É preciso, como assinala Gramsci, a elevação moral e intelectual das massas. Por isso a agenda da luta da esquerda, independentemente de onde atue, tem que afirmar como estratégico e prioritário o direito da educação escolar básica (fundamental e média) unitária e politécnica e/ou tecnológica, que articule conhecimento científico, filosófico, cultural, técnico e tecnológico com a produção material e a vida social e política, para todas as crianças e os jovens. Articulada a essa formação básica está a formação técnico-profissional dos adultos, como um direito social de prosseguir se qualificando e como possibilidade de se inserir na produção dentro das novas bases científico-técnicas que lhes são inerentes. (FRIGOTTO, 2006: 277-278)

Concordamos que atualmente a escola seja responsável por boa parte da educação em geral, mas será a qualificação profissional a formação necessária a classe trabalhadora? Não pretendemos questionar o papel da escola na transmissão dos conhecimentos universais, afinal a escola se configura como principal *locus* de socialização desses conhecimentos, do conhecimento científico que nos possibilita o aprofundamento da própria ontologia da vida cotidiana. Se abrimos mão desse conhecimento, acabamos naturalizando e eternizando as mesmas causas sociais que nos impedem de assumir um papel na práxis revolucionária. O que por hora indagamos é se a qualificação profissional pode ser a formação necessária para que a classe trabalhadora se torne revolucionária. Para o presente momento não é possível sustentar qualquer afirmação.

Diferentemente da análise de Iasi da realização do Programa Democrático e popular, Frigotto crítica a sua não realização, o que tornaria a estratégia ainda válida e a educação dos trabalhadores teria grande relevância para sua efetividade:

O pêndulo não se movimentou na direção das forças que lutam por um projeto nacional popular e democrático de massa e as conseqüentes reformas estruturais, o que implicaria um projeto de educação escolar e de formação técnico-profissional dos trabalhadores que desenvolvessem, para o universo de jovens e adultos, as bases científico-técnicas para o trabalho complexo – condição para uma inserção ampla na forma que assume o processo de produção industrial-moderno, predominantemente digital-molecular. Cabe ressaltar que a opção

contrária à expectativa da classe trabalhadora pelo governo Lula na direção de reformas estruturais não é apenas um golpe e uma derrota do seu governo para com a classe de sua origem, mas a fragmentação e a desorganização da classe trabalhadora, com conseqüências profundas para suas lutas históricas. (FRIGOTTO, 2006:266).

Decorrente dessa análise há alguns apontamentos tanto para os educadores como para o movimento da classe trabalhadora em geral, além de críticas aos que possuem uma visão “negativa” de determinados espaços de luta:

A questão permanente para a esquerda é a dura tarefa da travessia para uma sociedade que vá além do capital – o socialismo. Essa travessia, se a teoria social e educacional for saturada de historicidade, se dará pelo projeto da utopia da sociedade socialista e na capacidade de identificar e atuar no terreno das contradições, dentro do capitalismo que vivemos hoje, em todos os espaços da sociedade política e da sociedade civil. Nesse âmbito, não há ação humana pura ou imaculada (prerrogativa metafísica), mas risco de erro, avanços e recuos. Em termos concretos para a esquerda brasileira, significa ser capaz de identificar, hoje, no Estado brasileiro e em seus poderes anacrônicos e predominantemente a serviço da reprodução do capital, na decepção do governo Lula e na Central Única dos Trabalhadores, no sistema educacional etc., espaços contraditórios e forças sociais que possam fazer avançar as mudanças que alteram e não reproduzem a ordem vigente e destruir a classe dominante que se mantém nos seus privilégios na reprodução da desigualdade. A tendência de ver pura negatividade nesses espaços advém de uma análise mecânica, reducionista, antinômica, metafísica e, portanto, não-dialética da realidade. Essa tarefa se situa tanto no ataque a questões estruturais quanto na solução a ela articulada, de questões conjunturais. (*idem*, 2006:276)

Independente dos objetivos dos formuladores, o que problematizamos são as conseqüências das formulações sobre a educação para a ação política. Nosso objetivo é continuar investigando se o Programa Democrático e Popular foi/é a principal estratégia que orientou os debates sobre a educação dos trabalhadores no Brasil, particularmente no GTTE. Em decorrência dessa primeira investigação, pretende-se verificar qual é a proposição da formação política necessária aos trabalhadores e o que se entende por conhecimento revolucionário.

Apontamos a necessidade de distinguir qual é o saber que o trabalhador precisa para a sua emancipação, os meios e as formas pelos quais pode consegui-lo. Enfatizamos a importância da discussão do conhecimento necessário à classe trabalhadora, pois o conhecimento adquire um duplo sentido, o de reconhecer as coisas como são e a possibilidade de virem a ser outras coisas, de enxergar outras possibilidades. Através do conhecimento sobre o que o mundo é, podemos

dizer o que ele tende a ser, ou o que pode vir a ser. Precisamos fazer constantemente a análise crítica do existente para que possamos ter um maior domínio da realidade sob as exigências humanas.

Formulações Estratégicas: um debate necessário

As estratégias são formuladas a partir das condições históricas concretas e possuem sentido político em contextos próprios. Se há problemas em relação à estratégia guia como aqueles apontados por Iasi (2013), pode haver também equívocos nos debates e em nossas proposições para educação. O que não significa “dizer que não podemos aproveitar e incorporar as contribuições acerca da educação e da escola oferecidas por esses autores e por outros pensadores marxistas.” (TUMOLO, 2011: 479).

Precisamos é saber se essas propostas correspondem ao momento atual da luta de classes e se fazem sentido, trata-se de saber se é possível e necessário incorporá-las. Daí a necessidade de um inventário da produção sobre a educação dos trabalhadores e sua correlação com as lutas mais gerais. Como indica Machado (1989), Marx e Engels não formularam sobre a organização escolar na sociedade socialista, esta era a prática dos utópicos, a preocupação era a sociedade do seu tempo, como superá-la.

Outro ponto a ser investigado, é se algumas das formulações quando compreendidas como “consensuais” e “históricas”, ou seja, inquestionáveis em qualquer conjuntura, se autonomizaram e perderam o vínculo a estratégia para a superação do capital. Por isso a necessidade de retomarmos o debate não apenas de qual é a formação necessária a classe trabalhadora, mas de como esta formação se vincula a ruptura revolucionária. A partir de nossas investigações poderemos questionar se a estratégia do Programa Democrático e Popular orientou nossas formulações, se faz análise coerente ao desenvolvimento capitalista do Brasil e da realidade educacional. Tais investigações são necessárias para compreensão dos caminhos que foram e continuam sendo propostos à educação.

Referências Bibliográficas

BOMFIM, Alexandre Maia. “Educação e trabalho” transformou-se em “Trabalho e Educação”: da construção da identidade marxista aos desafios da década de 90 pelo GTTE da ANPED.

Trabalho & Educação. Vol.17, nº2. Maio /Ago 2008.

DUARTE, Newton; FERREIRA, Benedito J. Pinheiro; MALANCHEN, Julia; MULLER, Herrmann V. de Oliveira. **A pedagogia histórico-crítica e o marxismo**: equívocos de (mais) uma crítica à obra de Dermeval Saviani. Revista HISTEDBR online – “Marxismo e Educação”. Abril 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e tecnológicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: Lima, Júlio C. F.; Neves, Lúcia M. W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

_____. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, Campinas: Autores Associados, 2009.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. **Caderno de Debates Cobrecos**. Uberlândia. 2013

KUENZER, Acácia. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani**: apontamentos críticos. Ademir Quintilio Lazarini; orientador, Paulo Sérgio Tumolo. – Florianópolis, SC, 2010.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MÉSZAROS, Isteván. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas-SP:Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O Percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, Anped, n. 24, p. 140-164. set/out/nov/dez; 2003.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis: UFSC/CED, n. 26, p. 39-70, 1996.

_____. **Educação dos Trabalhadores, Consciência de Classe e Revolução Social**: a Atualidade de "Velhas" Questões. Rede de Estudos do Trabalho, 200?.

_____. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. **Revista eletrônica Trabalho Necessário**, NEDATE/UFF, ano 1, n. 1, 2003.

_____. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 26, n. 90, p. 239--265, 2005.

_____. **Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora**: continuando o debate. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.